

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 46, DE 2021

Apensado: PL nº 1.432/2021

Torna obrigatória a divulgação, pelos meios que especifica, de mensagem relativa às penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato, apontando formas para efetuar denúncias.

Autores: Deputados CELSO SABINO E ROSE MODESTO

Relator: Deputado DR. VICTOR LINHALIS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 46/2021, de autoria do Deputado Celso Sabino, torna obrigatória a divulgação, pelos meios que especifica, de mensagem relativa às penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato, apontando formas para efetuar denúncias.

Segundo o Projeto, diversos estabelecimentos, como clínicas veterinárias e *pet shops*, ficam obrigados a divulgar letreiro exibindo números telefônicos para denúncia, bem como o seguinte texto: “Praticar maus tratos em animais é crime. Quando se tratar de cão ou gato, a pena será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda, conforme a Lei Federal nº 14.064, de 2020: denuncie já!”.

Na Justificação, afirma-se ser de extrema importância a ampla divulgação do novo grau de rigor da lei contra crimes de maus tratos, pois “a ampla divulgação da informação tende a fortalecer o controle social e a coibir práticas abusivas contra os animais, tanto por prestadores de serviços quanto



por seus tutores, efeito que colabora em grande medida com os esforços de fiscalização do Poder Público, muito dificultados nesse ambiente fragmentado.”

Encontra-se apensado o Projeto de Lei nº 1.432/2021, de autoria do Deputado Alencar Santana, cujo texto caminha no mesmo sentido do principal, mas de forma mais abrangente, na medida em que abarca os maus tratos a quaisquer animais.

Além disso, o apensado:

- a) amplia os estabelecimentos obrigados a exibir letreiro de advertência;
- b) inclui a advertência nas embalagens de produtos como rações, defensivos agrícolas e medicamentos veterinários.

Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), a matéria recebeu parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 46/2021, principal, e do Projeto de Lei nº 1432/2021, apensado, com substitutivo.

O referido substitutivo combina as duas proposições apresentadas, estabelecendo que são obrigados a advertir os consumidores de que maus-tratos a animais é crime os seguintes estabelecimentos comerciais, dentre outros do mercado relacionado a animais:

- I) que fabriquem rações animais, defensivos agrícolas, medicamentos veterinários;
- II) que comercializem os produtos indicados no item anterior;
- III) de criação pecuária para fins comerciais, que comercializem animais, que prestem serviços de cuidado e higiene em animais, clínicas e hospitais veterinários.

Assim, prevê o substitutivo que a advertência “Abandono e maus-tratos a animais é crime. Quando se tratar de cão ou gato, a pena será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. Art. 32



da Lei nº 9.605/98” deve constar no rótulo dos produtos citados e exibida nos estabelecimentos indicados.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) exarou parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 46/2021, principal, e do Projeto de Lei nº 1432/2021, apensado, na forma do substitutivo adotado pela CAMDS, com subemenda de relator.

A referida subemenda suprime a obrigatoriedade de advertência contra maus tratos nos rótulos dos defensivos agrícolas e nos estabelecimentos de “criação pecuária para fins comerciais”.

A matéria está sujeita a apreciação conclusiva e tramita em regime ordinário.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se quanto aos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 46/2021 e do Projeto de Lei nº 1432/2021, bem como do Substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da subemenda aprovada na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, nos termos do arts. 54, I, e 139, II, “c”, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Segundo o art. 24, inciso VI, da Constituição da República, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre fauna, conservação da natureza e proteção do meio ambiente. Cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (art. 48, *caput*, CF/88), não há que se falar em vício quanto a esse aspecto.



O tema versado nas proposições é de iniciativa geral, inexistindo mácula nesse âmbito.

Quanto à constitucionalidade material, constata-se obediência aos princípios e regras estatuídos na Lei Fundamental. Em verdade, a Constituição da República é expressa (art. 225, § 1º, VII) ao dispor que, a fim de assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”. Ao encontro desse imperativo caminham as proposições em exame.

Os Projetos de Lei, o substitutivo da CMADS e a subemenda da CAPDR logram êxito no exame de juridicidade, porquanto inovam o ordenamento jurídico e respeitam os princípios gerais do Direito.

Quanto à técnica legislativa empregada nas proposições, observa-se conformidade à Lei Complementar nº 95/1998.

Por tudo o que foi exposto, **votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 46/2021, principal, do Projeto de Lei nº 1432/2021, apensado, do Substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da subemenda aprovada na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.**

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DR. VICTOR LINHALIS
Relator

2023-11183

* C D 2 3 5 8 6 0 9 3 2 2 0 0 *

